



**Coordenação-Geral de Comunicação Social**  
*Clipping 197/19 – segunda-feira, 25 de março*

### **Jornal do Commercio**

Capa – 03

Capa – 04

Capa – 05

Coluna Frente & Perfil – 06

Pesquisa reforça importância da ZFM – 07

Empregos temporários em alta no PIM – 08

Mais de 100 PPBs aguardam nas gavetas – 09



# Mais de 100 PPBs aguardam nas gavetas



Foto: Divulgação

**P**elo menos 103 PPBs (Processos Produtivos Básicos) ainda aguardam a aprovação nas gavetas, escaninhos e arquivos da Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF). Há PPBs de óculos de sol, de luminárias LED, entre outros itens de linhas de produção diversificadas dos polos ótico e eletroeletrônicos, e outros seg-

mentos importantes do PIM (Polo Industrial de Manaus).

A indústria incentivada da capital amazonense depende desse aval para ampliar o leque de linhas de produção das indústrias, reduzir a crescente perda de competitividade e a erosão das vantagens comparativas da ZFM (Zona Franca de Manaus) nos últimos anos.

Página A7

PIM

## Empregos temporários em alta

Sete empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus) devem acelerar o processo de contratação de trabalhadores temporários a partir de abril. São fábricas que atuam nos segmentos naval, eletroeletrônico, duas rodas e

meios magnéticos –incluindo bens finais e componentes. As informações foram concedidas pelo Sindmetal (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas).

Graças à renovação de um acordo celebrado no ano passa-

do, no decorrer de fevereiro e a primeira quinzena de março, em torno de 600 trabalhadores já ingressaram nos quadros do Distrito Industrial por esta modalidade de trabalho, inclusa na CLT.

Página A6

**INDÚSTRIA**

# Pesquisa da FGV reforça importância da ZFM

Em coletiva para a imprensa realizada na manhã de ontem na área social do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), no bairro N. Sra. das Graças, o presidente do Centro, Wilson Périco, apresentou para a bancada parlamentar do

Estado do Amazonas o resultado final da Pesquisa Estudos de Impactos Socioeconômicos e Ambientais da ZFM, como contribuição na defesa da manutenção dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental.

**Página A5**





## Um estudo respalda a ZFM

No momento em que a Zona Franca de Manaus vive aquela que talvez seja a maior ameaça ao modelo, um estudo científico promovido pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas garante: ela causou impactos socioeconômicos e ambientais positivos para a região, com reflexos em todo o país. Foi o que informou o pesquisador responsável pelo estudo, Márcio Holland, durante apresentação realizada no Centro da Indústrias do Estado do Amazonas. O evento foi acompanhado pelo titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Alfredo Menezes; pelo presidente do Centro da Indústria, Wilson

Périco e pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Antonio Silva. O encontro ainda contou com a presença de parlamentares da região, como os senadores Omar Aziz (PSD), Eduardo Braga (MDB) e Plínio Valério (PSDB), além dos deputados federais Alberto Neto (PRB), Átila Lins (PP), Sidney Leite (PSD), Bosco Saraiva (SD) e Marcelo Ramos (PR), bem como representantes das indústrias do Polo Industrial de Manaus. Em seu estudo, intitulado "Zona Franca de Manaus: Efetividade e Oportunidades", o professor destacou como a ZFM foi capaz de transformar a realidade da região.

## COOPERAÇÃO

O superintendente da Suframa, Alfredo Menezes, reuniu-se com o embaixador de Israel no Brasil, Yossi Avraham Shelley, acompanhado por equipe técnica da autarquia e pelo deputado federal Capitão Alberto Neto. Os dois trataram sobre possibilidades de cooperação técnica, sobretudo nas áreas de Ciência e Tecnologia, bem como sobre as oportunidades para aprimoramento das relações comerciais entre as partes.

Estudo realizado por técnicos da Fundação Getúlio Vargas indicam o rumo certo da ZFM para o Brasil

# Pesquisa reforça importância da ZFM

**EVALDO FERREIRA**  
redacao@jcam.com.br

**E**m coletiva para a imprensa realizada na manhã de ontem na área social do Ciem (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), no bairro N. Sra. das Graças, o presidente do Centro, Wilson Périco, apresentou para a bancada parlamentar do Estado do Amazonas o resultado final da Pesquisa Estudos de Impactos Socioeconômicos e Ambientais da ZFM, como contribuição na defesa dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental.

Estiveram presentes os senadores Eduardo Braga, Omar Aziz, Plínio Valério, e os deputados federais Atila Lins, Bosco Saraiva, Sidney Leite, Marcelo Ramos, e capitão Alberto Neto, além de vários empresários.

O trabalho foi patrocinado pela Fieam, Eletros, Abracião, Sinaes, Whirpool, DD&L, Bemol e Fogás e encomendado à FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Coube ao professor doutor Márcio Holland, professor da Escola de Economia de São Paulo da FGV, coordenador do estudo, explicá-lo para o público presente. As pesquisas feitas com várias pessoas, foram realizadas ao longo de dez dias, em Manaus, por sete outros pesquisadores, além de Holland.

## Desmatamento vs. Atividades Industriais

“Estes resultados poderão ser usados em quaisquer fóruns que o Amazonas participar”, informou Holland. “Até então, nesses 52 anos de existência da Zona Franca de Manaus, encontrei um único estudo científico feito pela FGV. Com

esses resultados, cujo relatório foi intitulado ‘Zona Franca de Manaus, impactos, efetividade e oportunidades’ concluímos que a Zona Franca tem sido benéfica para Manaus”, disse.

“Em 1970, quando as indústrias começaram, efetivamente, a se instalar no Distrito Industrial de Manaus (atual Polo Industrial



Apresentação foi feita ontem com plateia recheada de políticos e empresários

de Manaus), a renda per capita em São Paulo era sete vezes maior que a do Amazonas. Em 2010 essa diferença havia caído para 1,8 vezes. Hoje o Ideb de Manaus está acima do Ideb das cidades de todo o resto do país e a escolaridade dos trabalhadores da indústria local é similar à dos trabalhadores de São Paulo”, ressaltou.

“Outra conclusão é que o desmatamento e as atividades in-

dustriais do PIM (Polo Industrial de Manaus) não estão negativamente relacionados. Se não houvesse as indústrias, o desmatamento seria maior. Quanto mais postos de trabalho nas indústrias do PIM, menor o desmatamento, pois esses industriários não vão exercer atividades extrativistas. Atualmente o PIM emprega cerca de 86 mil pessoas (já chegou a 120 mil) e indiretamente esse número chega a 500 mil pessoas, que

não precisam desmatar a floresta para sobreviver”, assegurou.

“Os políticos do Amazonas precisam mostrar para o ministro Paulo Guedes, da Economia, e seus técnicos, que os benefícios da Zona Franca não são política de governo e não deveriam constar como gasto tributário. Precisam mostrar para o ministro o que é a Zona Franca de Manaus. Para cada R\$ 1, gasto com incentivos para a ZFM, a

renda da população da Região Metropolitana de Manaus cresce R\$ 1,14”, garantiu.

## O Amazonas precisa se impor

“Outros números que mostram a importância da ZFM estão relacionados a mudanças bruscas na economia, como os efeitos do Plano Collor, de 1990, que causaram a demissão de 39.064 pessoas, a metade dos trabalhadores do PIM, com a perda de US\$ 1,75 bilhão; a crise mundial de 2008 foi a responsável pela demissão de 5.971 empregados do PIM, com prejuízo de US\$ 4,21 bilhões; a recessão de 2014/2017 fez 34.747 pessoas perderem o emprego com um prejuízo de US\$ 11,47 bilhões para o Amazonas”, listou.

“O Amazonas é um Estado que precisa se impor e mostrar que o Brasil depende dele, e não o contrário. A ZFM é composta por grandes empresas internacionais. O Estado tem um forte mercado consumidor regional. Amplo e diversificado mercado do trabalho. Universidades e institutos de pesquisas. É uma região rica em recursos naturais. Manaus é mais perto dos Estados Unidos do que Santos e Paranaíba”, afirmou.

“Uma das inúmeras oportunidades que indicamos para o Amazonas é a exploração do turismo”, concluiu.

Expectativa é que sejam gerados entre 2.000 a 3.000 empregos temporários no Distrito no trimestre

# Empregos temporários em alta no PIM

MARCO DASSORI  
redacao@jcam.com.br

Sete empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus) devem acelerar o processo de contratação de trabalhadores temporários a partir de abril. São fábricas que atuam nos segmentos naval, eletroeletrônico, duas rodas e meios magnéticos—incluindo bens finais e componentes. As informações foram concedidas pelo Sindmetal (Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas).

Graças à renovação de um acordo celebrado no ano passado, no decorrer de fevereiro e a primeira quinzena de março, em torno de 600 trabalhadores já ingressaram nos quadros do Distrito Industrial por esta modalidade de trabalho, inclusa na CLT (Consolidação das Leis de Trabalho).

A previsão é que, até o terceiro trimestre de 2019, período em que o setor tradicionalmente aquece os motores—e as contra-

tações—para atender a demanda comercial das festas de fim de ano, sejam gerados entre 2.000 a 3.000 empregos temporários no Distrito.

A notícia vem em boa hora para os trabalhadores da manufatura manauense. A indústria de transformação, juntamente com os serviços industriais de utilidade pública, foi o único set-

tor econômico do Amazonas em queda (-1,55%) no saldo de postos de trabalho, quando se leva em conta o comparativo de janeiro de 2019 com igual mês do ano passado.

A diferença entre as admissões (27.792) e des-

ligamentos (29.318) foi de 1.526 vagas, conforme a estatística mais recente do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Vale ressaltar que o resultado negativo da indústria veio em um mês em que o saldo geral do Estado pontuou crescimento de 1,58% e geração de 6.920 empregos.

Mas, a atual conjuntura econômica brasileira, que leva as



Trabalho temporário tem servido para que muitos trabalhadores sejam reintegrados

empresas a atuarem em marcha lenta e em compasso de espera pela reforma da Previdência e por uma sinalização mais robusta da retomada da demanda, cortou as projeções do Sindicato praticamente pela metade. Ao final de janeiro, a expectativa da entidade era abrir vagas para 5.000 temporários em 2019, número pouco inferior ao conseguido em acordo semelhante, celebrado no ano anterior.

“Aquele acordo de 2018 superou nossas expectativas: conseguimos chegar perto de 6.000 temporários, com 20 fábricas. Desta vez, fechamos com sete, porque muitas acabaram ficando no caminho e não cumpriram. Tenho que ser otimista, mas não vejo os novos governos falando da necessidade urgente de garantir empregos”, disse Santana, ao *Jornal do Commercio*.

## Efetivação e benefícios

O presidente do Sindmetal, Valdemir Santana, diz que, apesar de tudo, as perspectivas são positivas para a efetivação dos temporários. De acordo com o dirigente, pelo menos 40% dos quase 6.000 trabalhadores que ingressaram nas fábricas por esta modalidade no ano passado permaneceram nos quadros das fábricas, após o término do contrato de trabalho.

A situação só não é melhor, na avaliação de Santana, porque a nova Lei Trabalhista estendeu o prazo de vigência dos contratos temporários de seis para nove meses, ao incluir um novo período de renovação de 90 dias.

“Nossa convenção coletiva proíbe a permanência nessa condição em mais de seis meses. Então, quando passa desse prazo sem efetivação, a empresa acaba demitindo mesmo”, lamentou o presidente do Sindmetal.

Valdemir Santana lembra que o esforço na celebração desse acordo decorre do avanço do trabalho terceirizado na indústria incentivada de Manaus, modalidade laboral que não conta com os benefícios da CLT. No caso dos temporários, segundo o dirigente, a situação é um pouco melhor, em virtude da ação do Sindmetal.

“Não há nenhum direito para os terceirizados. E, pelo que diz a lei, os temporários não têm direito a assistência médica, creche. Ou mesmo apoio da contratante ao trabalhador, em caso de acidente ou gravidez. A responsabilidade costuma ir para a empresa de RH (Recursos Humanos) que terceiriza o funcionário. Mas, nossa convenção coletiva e o acordo fechado com as empresas incluem esses benefícios”, finalizou.



Indústria incentivada espera liberação para possibilitar entrada de novos investimentos no polo amazonense

# Mais de cem PPBs aguardam nas gavetas

MARCO DASSORI  
redacao@cam.com.br

**P**elo menos 103 PPBs (Processos Produtivos Básicos) ainda aguardam a aprovação nas gavetas, escaninhos e arquivos da Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF). Há PPBs de óculos de sol, de luminárias LED, entre outros itens de linhas de produção diversificadas dos polos ótico e eletroeletrônicos, e outros segmentos importantes do PIM (Polo Industrial de Manaus).

A indústria incentivada da capital amazonense depende desse aval para ampliar o leque de linhas de produção e reduzir a crescente perda de competitividade e erosão das vantagens comparativas da ZFM (Zona Franca de Manaus) nos últimos anos.

O PPB estabelece as etapas de industrialização para a atividade em questão. E também é a condição primordial para que as empresas incentivadas instaladas na cidade que escolherem trabalhar com a referida linha de produção usufruam dos benefícios fiscais previstos pelo modelo.

"Nenhuma decisão relativa aos Processos Produtivos Básicos será tomada sem nosso conhecimento. Estamos identificando os gargalos existentes e elaborando uma proposta simplificada de análises dos PPBs, para, então, apresentá-la à Sepec", garantiu o titular da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Alfredo Menezes, em texto distribuído por sua assessoria de imprensa.

A declaração veio após o superintendente participar de audiência pública no Senado e cumprir extensa agenda para tratar de medidas para destravar os PPBs, nesta quinta (21). Menezes destaca que a Suframa é o principal interlocutor com o Ministério da Economia e, especialmente, com o titular da Sepec (Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade). Carlos Alexandre da Costa.



Foto: Divulgação

Burocracia na liberação acaba engessando a capacidade de atração de investimentos

No mesmo dia, após reunião com o secretário de Indústria, Comércio e Inovação, Caio Megale, do Ministério da Economia, o titular da Suframa destacou que foram estabelecidas as equipes de análise dos PPBs e que estas vão trabalhar em conjunto para padronizar critérios e procedimentos para dar "celeridade imediata" para

os resultados práticos comecem a aparecer em "curtíssimo prazo".

"Pires na mão"

A lei estabelece que o trâmite para a deliberação do PPB não pode passar de 120 dias, mas a demora para a conclusão desse processo está consumindo, em média, seis meses. Há casos em que essa operação está travada em um tempo muito superior a esse. Sabe-se que um desses Processos, o de fabricação de lâmpadas LED, está empacado nos órgãos federais há anos, sem sinalização de ser

aprovado.

Em recentes pronunciamentos, o presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, lembrou que os produtos que estão sendo fabricados atualmente na ZFM não garantirão a continuidade do modelo dentro de dez anos.

"É preciso lutar pela aprovação de novos PPBs de itens que ainda não são fabricados por aqui. Isso tem que mudar. Ninguém está com o pires na mão. O Amazonas quer produzir e essa decisão não pode ficar apenas nas mãos dos técnicos. Tem que sair daqui", desabafou o dirigente, por intermédio de sua assessoria de imprensa.

**Política industrial**

O presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Antonio Silva, lembra que muito desse atraso depende de definições

de políticas industriais e avalia que a questão só demorou para ser encaminhada porque o governo federal ainda está "praticamente assumindo".

O dirigente estima, no entanto, que os PPBs "adormecidos" nos ministérios da Ciência e Tecnologia e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços já devem começar a ver a luz do dia ainda neste primeiro semestre de 2019.

"Confiamos muito no novo superintendente e acreditamos que vamos ter uma solução para esse problema muito em breve. Deve demorar de 30 a 45 dias, no máximo. Creio que já na próxima reunião do CAS (Conselho de Administração da Suframa) devemos ter a presença de alguma autoridade importante do governo federal e alguma coisa já aprovada", asseverou Silva.

No texto distribuído por sua assessoria na quinta (21), Alfredo Menezes procurou tranquilizar a bancada federal, a Fieam e o Cieam, assim como os demais agentes econômicos do PIM e a sociedade civil amazonense. "Nenhuma medida que prejudique o nosso modelo econômico será adotada pelo governo federal", encerrou.

**Produtos fabricados atualmente na ZFM não garantirão a continuidade do modelo dentro de dez anos**